

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. 036894/2019-86

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de equipamentos diversos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	TIPO	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD UASG 153115	QTD UASG 153145	QTD UASG 152737	QTD UASG 153120	QTD UASG 153132	QTD UASG 153150	QTD UASG 153152	QTD UASG 158221	QTD UASG 160253	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AR CONDICIONADO	311187	Ar-Condicionado de Janela de 18.000 BTUs, Tensão/Voltagem - 220V; Tipo de operação - Somente Frio, Compressor rotativo; Classificação de consumo (Selo Procel) - A; LARGURA máxima de 66 CM ALTURA máxima de 40CM	95	11	10			5	60	5	77	263	R\$ 2.335,67	R\$614.281,21
2	AR CONDICIONADO	260192	Ar-Condicionado de Janela de 27.000 ou 30.000 BTUs Tensão/Voltagem - 220V; Tipo de operação - Somente Frio, Compressor rotativo; Classificação de consumo no mínimo (Selo Procel) - B; LARGURA máxima de 66 CM ALTURA máxima de 44CM	25	6	5		5	5	60	5	14	125	R\$ 3.497,79	R\$437.223,75
3	AR CONDICIONADO	336620	Ar condicionado split piso teto 60.000 Btu/h trifásico com opção de instalação verticalmente no chão e horizontalmente no teto; Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 380V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M - dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo (Selo Procel) - A	5	8					60		3	76	R\$ 7.964,97	R\$605.337,72



4	BEBEDOURO DE ÁGUA	408558	Bebedouro de coluna adulto / criança tipo pressão com jato de água para boca e jato para copo com regulagem do jato; Eco compressor: com gás R134a; Gabinete em aço inox; Tampo em aço inox polido; Depósito de água em aço inox; Dreno para limpeza; Pés antiderrapantes; 127 V; Temperatura de Resfriamento - 10°C / 50°F; Dimensões aproximadas de (A x L x P) mm - 1.120 x 630 x 320.	14	4											40	1	12	71	R\$ 1.008,22	R\$71.583,62	
5	APARELHO PURIFICADOR DE ÁGUA	245186	Purificador de Água - Água natural e gelada; Ecocompressor: com gás R134a; Água filtrada sem energia; troca de refil sem fechar o registro; Refil Bacteriostático: controla a proliferação de bactérias; Eliminação de odores e sabores; Fixação na parede; Pés antiderrapantes; 127 V. Temperatura de Resfriamento 10°C / 50°F; Capacidade de Fornecimento de Água Gelada aproximada (L/h) – superior a 1L.	17	5				1							40	1	12	76	R\$ 601,74	R\$45.732,24	
6	FREEZER VERTICAL	380387	Freezer vertical de degelo manual capacidade mínima 240L, temperatura mínima -25o C. 110V. Classificação de consumo (Selo Procel) – A; cor branca	5	7				1							2	20		5	40	R\$ 2.159,33	R\$86.373,20
7	BEBEDOURO DE ÁGUA	395320	Bebedouro industrial 100 litros em aço inox com 03 torneiras, Tensão 127v ou 220v.; 03 torneiras frontais cromadas; Capacidade de 100 Litros no reservatório; Refrigeração aproximada de 180 L/h; Aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno; Boia para regulagem do nível de água; Gás ecológico R 134 A; Com revestimento externo em chapa de aço inox; Filtro PPF para reter partículas solidas maiores, como areia ou pedra; Filtro com carvão ativado, com função de reduzir o teor de sabores e odores desagradáveis;	10	3				2							20		7	42	R\$ 1.480,32	R\$62.173,44	

			Regulagem da temperatura da água; Dimensões aproximadas (A x L x P) mm - 1.400 x 700 x 640. Garantia de 12 meses.														
8	FRIGOBAR	396482	Frigobar, capacidade aproximada 120 L, mantém refrigeração entre 6°C e 10°C. 110V, prateleiras removíveis. Classificação de consumo (Selo Procel) – A; cor branca.	20	5				5	30		12	72	R\$	881,11		R\$63.439,92
9	REFRIGERADOR DOMÉSTICO	271827	Geladeira de uma porta, capacidade mínima de 240 L, com prateleiras reguláveis e removíveis, controle externo da temperatura, Pés niveladores dianteiros e rodízios traseiros, mantém refrigeração entre 6°C e 10°C. 110V. Classificação de consumo (Selo Procel) – A; cor branca.	46	5				2	20	1	12	86	R\$	1.341,39		R\$115.359,54
10	AR CONDICIONADO	432512	Ar condicionado split 30.000 Btu/ Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 15M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo (Selo Procel) – A	27	5	5	4		2	40	2	14	99	R\$	4.568,20		R\$452.251,80
11	AR CONDICIONADO	399795	Aparelho ar condicio capacidade total de 24.000 Btu's, modelo Bi-Split (2x12.000 Btu's), Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Ciclo: quente/frio, filtro anti-fungos, controle remoto para cada, 220V. Classificação de consumo (Selo Procel) – A	2	12					20		2	36	R\$	9.647,28		R\$347.302,08
12	AR CONDICIONADO	414749	Ar condicionado split 9.000 Btu/ Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM	16	11				5	10		6	48	R\$	1.898,50		R\$91.128,00



			INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído; Classificação de consumo (Selo Procel) – A														
13	AR CONDICIONADO	432512	Ar condicionado split 30.000 Btu/ Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo (Selo Procel) – A	24	5	5				30	24	88	R\$ 4.568,20	R\$402.001,60			
14	AR CONDICIONADO	398485	Ar condicionado split piso teto 60.000 Btu/h com opção de instalação verticalmente no chão e horizontalmente no teto; Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo (Selo Procel) – A	46	8	5	25			30	42	156	R\$ 8.494,66	R\$1.325.166,96			
15	AR CONDICIONADO	393681	Ar condicionado-janela 12000 Btu Tensão/Voltagem - 220V; Tipo de operação - Somente Frio, Compressor rotativo; Classificação de consumo (Selo Procel) – A;	6						30	5	2	43	R\$ 1.745,63	R\$75.062,09		
16	CORTINA AR	392637	Cortina ar. Material metal e plástico, comprimento aproximado 1M, potência 120 A 330, tensão 220, vazão 1000.	7	7					10	7	31	R\$ 469,95	R\$14.568,45			

17	CORTINA AR	384479	Cortina ar. Material caixa metálica, comprimento 1,2M, potência 400, tensão 110, vazão 1500.	4	7		2	10	7	30	R\$ 571,87	R\$17.156,10
18	CORTINA AR	420876	Cortina ar. Material metal e plástico, comprimento 1,5M, potência 120 A 330, tensão 220, vazão 2100.	8				10	8	26	R\$ 724,52	R\$18.837,52
19	AR CONDICIONADO	441419	Aparelho de ar condicionado tipo split piso/teto. Capacidade mínima de 58000 Btu/ Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo mínimo (Selo Procel) – B.	2				4	2	8	R\$ 8.526,55	R\$68.212,40
20	AR CONDICIONADO	349350	Aparelho de ar condicionado tipo BI-split parede. Capacidade mínima de 24.000 Btu's Btu/ Fluido Refrigerante R-410A Não inflamável, atóxico e não agride a camada de ozônio; Display digital no controle remoto; Voltagem: 220V; COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído. ; Classificação de consumo (Selo Procel) – A.	3	4			10	2	19	R\$ 10.586,83	R\$201.149,77

1.2. Os Equipamentos devem ser de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.3. Os códigos e descrições do “CATMAT”, constantes do “SIASG”, citados pelo “Comprasnet” podem eventualmente divergir da descrição dos itens licitados quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência;

1.4. O quantitativo mínimo para entrega será de 25%(vinte por cento) do quantitativo total.

1.5. Todo o material adquirido deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses.

1.6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1.6.1. Na presente contratação, serão exigidos os seguintes parâmetros de sustentabilidade: Em casos de materiais, os mesmos devem ser constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT (15448-1 e 15548-2); os materiais deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; tal verificação se dará no momento do recebimento do material.

1.6.2. Não utilizar como elemento de refrigeração substâncias que destroem a camada de ozônio, controladas pelo Protocolo de Montreal;

1.6.3. Menor consumo e maior eficiência energética, dentro de cada categoria.

1.6.4. Possuir a ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) da classe de maior eficiência, representada pela letra "A", sempre que haja um número suficiente de produtos e fabricantes nessa classe. Podem ser aceitos produtos das demais classes quando as condições de mercado assim o exigirem.

1.6.5. Gases refrigerantes ecológicos, sempre que disponíveis no mercado, em refrigeradores, condicionadores de ar e demais equipamentos de refrigeração;

1.6.6. Possuir preferencialmente lâmpadas internas a LED.

1.6.7. Normas Aplicáveis

1.6.7.1. Resolução nº 20/1994, do Conama, instituindo Selo Ruído para aparelhos eletrodomésticos que gerem ruído no seu funcionamento, e Portaria nº 430/2012, do Inmetro, sobre o mesmo assunto;

1.6.7.2. - Portarias do Inmetro nºs 007/2011, 020/2006, 085/2009, 004/2011, 454/2010 e 488/2010 sobre os requisitos de avaliação de conformidade para, respectivamente, condicionadores de ar, refrigeradores, televisores e sistemas e equipamentos para energia fotovoltaica, reatores eletromagnéticos para lâmpadas e motores elétricos de indução trifásicos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição de materiais e equipamentos para apoio na reconstrução e modernização do Museu Nacional da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

2.2. Como é do conhecimento de todos o incêndio ocorrido no Museu Nacional afetou sobremaneira as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas desempenhadas nesta renomada Unidade da UFRJ.

2.3. Estes equipamentos e materiais serão utilizados na complementação da infraestrutura de reconstrução do Museu Nacional, no resgate do acervo do museu visando a gradual retomada de suas atividades bem como o

cumprimento do Plano Anual de Compras para a UG 153115 já lançado no Planejamento e Gerenciamento das Contratações para o ano de 2020.

2.4. A escolha do pregão para registro de preços, foi baseado na hipótese prevista no Inciso I e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, considerando que, pelas características dos materiais, deverão ser feitas contratações frequentes, de acordo com a necessidade do MUSEU NACIONAL da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado inicialmente. Assim sendo, a entrega parcelada será adotada para dar suporte à demanda conforme necessário e conforme sejam implementadas novas áreas de atividades fim do Museu. Bem como o Inciso III do referido artigo, tendo em vista na expectativa de adesão de outras Unidades de nossa IFES na intensão de registro de preços que será realizada e comunicada a todas por parte da Coordenação de Licitações da PR-6.

2.5. A Intenção de Registro de Preços (IRP) aberta para coletar as demandas, também atingirá o objetivo de colher as demandas de outras unidades de nossa IFES em atendimento ao PAC/PGC para o ano de 2020.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos através deste certame são considerados bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por este termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados a partir da data da nota de empenho, em remessa parcelada, no seguinte endereço:

4.1.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UASG 153115): Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almoxarifado Central.

4.1.2. MEC-INSTITUTO DE BIOFISICA DA UF/RJ (UASG 153145): Rodovia Washington Luiz – Km 104,5 – Santa Cruz da Serra – Duque de Caxias/RJ

4.1.3. CAMPUS MACAE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RJ (UASG 152737): Avenida Aluizio da Silva Gomes, nº 50, Granja dos Cavaleiros, Macaé/RJ, CEP 27.930-560 – ALMOXARIFADO DO CAMPUS UFRJ-MACAÉ – ou em outro endereço próprio da UFRJ definido pela Coordenação Administrativa do Campus UFRJ-Macaé, sendo o critério de volume de entrega o preponderante para esta alteração.

4.1.4. MEC-CENTRO CIENC.MAT.E DA NATUREZA DA UF/RJ (UASG 153120): Av. Athos da Silveira Ramos, 274 – Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ – CCMN – bloco D, CEP: 21941-916.

4.1.5. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (UASG 153132): Av Pasteur, 250 – Praia Vermelha – Rio de Janeiro – RJ - sala 104;

4.1.6. INSTITUTO PUERIC. PED MAT. GESTEIRA DA UFRJ (UASG 153150): Rua Bruno Lobo, 50 - 2º andar - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: almoxarifado@ippmg.ufrj.br / Telefone: (21) 3938 - 4738

4.1.7. HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ (UASG 153152): Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941- 913 – horário de entrega: das 7:00h às 15:00h, em dias úteis;

4.1.8. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ (UASG 158221): Av Pasteur, 250 fundos , campus UFRJ Praia Vermelha , prédio da DE SERVIÇO SOCIAL / UFRJ, Rio de Janeiro RJ CEP: 22290-240 - Almoxarifado.

4.1.9. 1 BATALHAO DE GUARDA/RJ (UASG 160253): Av Pedro II, nº 158, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ;

4.2. A compra será parcelada em quantas vezes forem necessárias, obedecidos os limites mínimos estabelecidos no presente instrumento, devido à necessidade de adequação dos ambientes e dos cadastramentos necessários, ambos em andamento.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 07(sete) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20(vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia modelo, procedência e prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (tinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5.** cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.3.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

